

ARGENTINA E URUGUAI PERANTE O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DO MERCOSUL (2003-2015)

NAIRANA KARKOW BONES¹; CARLOS ARTUR GALLO²

¹Universidade Federal de Pelotas – nairanabones@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – galloadv@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Na relações internacionais, desde a origem da União Europeia em 1957, e com a aspiração por uma paz duradoura, acreditava-se que um mundo mais integrado diminuiria as diferenças e desconfiças entre os Estados; surge um debate no meio acadêmico e no âmbito político sobre a importância de promover a integração da América Latina como forma de proporcionar desenvolvimento econômico aos países, como também sua melhor inserção no mundo globalizado (GRANATO, 2015). Integração, a qual, especialmente no Cone Sul, historicamente não foi harmoniosa, e que houve um estereótipo de rivalidade (BANDEIRA, 2010).

O fim da Guerra Fria em 1991 simbolizou uma transformação sistêmica na ordem política e econômica mundial, que não ocorria desde o fim da Segunda Guerra Mundial (SARAIVA, 2007). Nessa nova ordem, no que tange a política externa, alguns países começaram a dar maior destaque a integração regional, como foi o caso do Mercado Comum do Sul (Mercosul) em 1991. O Mercosul instaurado por meio do Tratado de Assunção, simbolizou o interesse de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai em prosperar suas economias e sociedades de maneira conjunta, tornando-se a grande manifestação da integração regional do Cone Sul.

Durante o estabelecimento do Tratado, foi proposto, como uma das principais metas, alcançar o ambicioso *status* de mercado comum, que aliás, faz parte do nome do próprio bloco. Entretanto, atualmente o processo integracionista sequer chegou a uma união aduaneira perfeita, estágio anterior ao mercado comum, segundo Balassa (1978)¹.

Durante a primeira década dos anos 2000, a ascensão de governos do espectro mais à esquerda tornou-se preponderante na América do Sul. O fenômeno ficou popularmente conhecido como “onda rosa”² e a conjuntura política da região representava uma nova perspectiva em relação à integração regional. Tendo isso em vista, a integração regional é utilizada em propostas de teóricos latino-americanos como um mecanismo que auxilia o desenvolvimento nacional e a maximização regional da autonomia de decisões, além de acarretar a construção de um grande fundo de recursos humanos, tecnológicos, naturais e financeiros, compostos pelos países-membros (JAGUARIBE, 2017).

¹ Bela Balassa (1978) considerado um autor tradicional e um dos pioneiros a problematizar e a entender Integração Econômica Regional, contribuiu com a tipificação das formas ideais, em que se daria em cinco estágios: Área de Preferência Tarifária, Zona de Livre Comércio, União Aduaneira, Mercado Comum e União Econômica. As duas primeiras são processos superficiais, geralmente intergovernamentais, enquanto as três últimas etapas são consideradas de integração profunda, que geralmente são supranacionais. Essas tipologias e grau de comprometimento, também demonstram que quanto maior o estágio, maior a perda da soberania estatal.

² Fenômeno que ocorreu ao final da década de 1990 e início dos anos 2000 na maior parte dos países latino-americanos, marcado por ascensão de partidos, movimentos e lideranças de esquerda (SILVA, 2010).

A partir dos anos 2000 surgiu também um anseio, por parte dos países-membros e de seus representantes, por uma integração regional que abordasse temáticas para além da questão comercial-econômica, como direitos trabalhistas, aspectos da cidadania, direitos humanos, educação e cultura. Dentre os governos, nesse diferente cenário do Cone Sul, estavam Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Kirchner (2007-2011; 2011-2015) na Argentina, como também de Tabaré Vázquez (2005-2010) e José Mujica (2010-2015) no Uruguai.

Diante do exposto, este trabalho visa responder à seguinte problemática: quais fatores históricos, políticos e econômicos, de Argentina e Uruguai influenciaram na integração regional?

O objetivo geral é analisar criticamente os fatores internos, – econômicos e políticos – da Argentina e do Uruguai responsáveis pela influência sobre o aprofundamento do Mercosul entre os anos de 2003 e 2015. Esse marco temporal inicia-se no governo de Néstor Kirchner, na Argentina, e estende-se até o governo José Mujica, no Uruguai.

2. METODOLOGIA

A abordagem metodológica utilizada parte da análise qualitativa de conteúdo, que se caracteriza por categorizar as informações coletadas por meio de análise de dados e revisão bibliográfica (BARDIN, 1977). Utilizou-se fontes documentais, tanto de caráter primário quanto secundário. No primário, tem-se arquivos dos acordos aprovados entre os países que integram o Mercosul e documentos internos em relação às perspectivas de Argentina e Uruguai sobre a integração regional, como discursos oficiais dos então presidentes e chanceleres, durante o período analisado; enquanto fontes secundárias, livros, teses, dissertações, artigos científicos e imprensa em geral.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o desenvolvimento, primeiramente, dedicou-se a compreender a América Latina no contexto internacional do pós-Segunda Guerra Mundial. A análise adotou o viés do pensamento cepalino com a Teoria da Dependência³, e conjugando-a com a Análise do Sistema-Mundo de Wallerstein (2004), foi dissertado acerca de tentativas integracionistas dos países latino-americanos que aconteceram no período da Guerra Fria (1947-1991); como, por exemplo, a Associação Latino Americana de Livre-Comércio e a Associação Latino-Americana de Integração. Identificou-se, também, que a criação do Mercosul ocorreu por meio da importante aproximação bilateral entre Argentina e Brasil nos anos 1980, que tinha, a princípio, como preocupação a inserção internacional e o medo do isolamento econômico frente ao fim da Guerra Fria (RAMANZINI; VIGEVANI, 2010) e, posteriormente, a expansão desta cooperação para o regional, quando Paraguai e Uruguai aderiram à proposta. O Mercosul em seus primeiros anos teve avanços positivos, e cumprindo o seu objetivo de criar maior interdependência entre as quatro economias que o formava. Entretanto, o período entre 1998 a 2002 foi marcado por instabilidades.

³ A Teoria tinha como propósito, a princípio, compreender o porquê dos países do Terceiro Mundo, principalmente os latino-americanos, não se desenvolviam. A Teoria expressava a ideia de subordinação em relação ao capitalismo mundial de dependência entre os países, abordando a desigualdade nos termos de trocas (NOGUEIRA; MESSARI; 2005).

Mais à frente do trabalho desenvolvido, concentrou-se em um estudo mais detalhado de dois fatores domésticos de Argentina e Uruguai que influenciaram para que houvesse um “novo” cenário da região sul-americana. Desta forma, verificou-se que a crise estrutural do neoliberalismo, na Argentina, no fim da década de 1990, e o descrédito deste modelo, como também, a história da coalizão Frente Ampla no Uruguai, e como essa união foi importante para a esquerda conseguir chegar ao executivo pela primeira vez em 2005; foram razões que motivaram para que houvesse a posse de governos de espectros mais à esquerda ao poder em ambos os países.

E por último, partindo da constatação da decadência da hegemonia dos Estados Unidos, segundo Wallerstein (2004a), e com a utilização da metodologia de inserção internacional, proposta por Cervo (2008), de “relações em eixo”⁴, analisou-se o Mercosul após anos 2000 e a identificação de uma reorientação do bloco, com a intensificação e a implementação de novas abordagens temáticas. Além disso, a pesquisa relacionou às motivações dos governos e das políticas externas de Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Kirchner (2007-2011; 2011-2015) na Argentina, como também de Tabaré Vázquez (2005-2010) e José Mujica (2010-2015) no Uruguai; assim, foi discutido o que essas gestões pensaram sobre integração regional, além de acontecimentos relevantes que interferiram no Mercosul.

4. CONCLUSÕES

No período abordado, no contexto regional, os governos de Argentina e Uruguai, promoveram uma reorientação da integração regional e do Mercosul, explanado por meio dos discursos tanto dos presidentes quanto dos chanceleres; assim como pode ser observado nos próprios documentos e normativas que foram realizadas no âmbito do Mercosul no período analisado. Dessa forma, como resultado, o bloco mercosulino expandiu suas agendas, incluindo outras metas para serem desenvolvidas intrabloco, além da dimensão econômica-comercial. Entretanto, do viés comercial, não se desenvolveu ao ponto de se tornar um mercado comum, como era seu objetivo inicial. Conclui-se que as raízes do processo histórico, assim como os problemas internos, tanto do bloco, quanto dos países, são determinantes para o processo integracionista.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALASSA, B. **Teoria da Integração Econômica**. Lisboa: Clássica, 1978.

BANDEIRA, L. A. M. **Conflito e integração na América do Sul**. Brasil, Argentina e Estados Unidos (Da Tríplice Aliança ao Mercosul) 1870-2003. 3ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

⁴ Atua como proposta para superar a crise neoliberal que provocou deterioração econômica e social nos países sul-americanos, como Argentina e Uruguai; esse método de relações tem como componentes conceituais a tradição de uma relação não do tipo estratégica entre dominado e dominante, mas sim entre parceiros simétricos (CERVO, 2008).

CERVO, A. L. **Inserção internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

GRANATO, L. **Brasil, Argentina e os rumos da integração**: o Mercosul e a Unasul. 1ed. Curitiba: Appris, 2015.

JAGUARIBE, H. Dependencia y autonomía en América Latina. In: JAGUARIBE, Helio; FERRER, Aldo; WIONCZEK, Miguel; SANTOS, Theotônio. **La dependencia políticoeconómica de América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2017, p. 23-80.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das relações internacionais**: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

RAMANZINI JUNIOR, H.; VIGEVANI, T. 2010. Autonomia e integração regional no contexto do Mercosul. Uma análise considerando a posição do Brasil. **OSAL** (Buenos Aires: CLACSO) Año XI, Nº 27, abril.

SARAIVA, J. F. S. **História das Relações Internacionais Contemporâneas** - Da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Editora Saraiva, 2ª edição, 2007.

SILVA, F. P. Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço. **Revista SURES**. [S. l.], n. 5, 2015, p. 67-94. ISSN 2317-2738. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/sures/article/viewFile/295/279>. Acesso em: 15 fev. 2020.

WALLERSTEIN, I. **World-Systems analysis**: an introduction. Londres: Duke University Press, 2004.

WALLERSTEIN, I. **O Declínio do Poder Americano**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004a.